

Relatório de Atividades 2014

**Conselho de Gestão do Patrimônio
Genético**

Exercício 2014

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta

Dilma Rousseff

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ministra

Izabella Mônica Vieira Teixeira

SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

Secretário

Roberto Brandão Cavalcanti

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

Diretora

Eliana. M. G. Fontes



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Departamento do Patrimônio Genético

Secretaria Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2014

Brasília-DF

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	9
1 REGULAÇÃO DO ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS.....	11
1.1. Reuniões do CGEN.....	11
1.2. Processos autuados em 2014.	11
A. Secretaria Executiva do CGEN.....	11
B. Credenciadas.....	13
1.3. Autorizações concedidas em 2014.	14
A. CGEN.....	14
B. Credenciadas.....	15
1.4. Anuência do CGEN a Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios em 2014.....	16
1.5. Anuência do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para acesso ao patrimônio genético em área indispensável à segurança nacional.	18
1.6. Anuência do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) para Acesso ao Patrimônio Genético de Espécies de Endemismo Estrito ou Ameaçada de Extinção.....	18
1.7. Acompanhamento de relatórios das autorizações e das instituições credenciadas com fieis depositárias pelo CGEN.	18
1.8. Processos arquivados em 2014.....	19
A. CGEN.....	19
B. Credenciadas.....	20
1.9. Processos em Tramitação na Secretaria Executiva do CGEN em 2014.....	20
1.10. Tempo médio de tramitação das solicitações de acesso e de credenciamento como fiel depositária autorizadas em 2014 pelo CGEN e pelas instituições credenciadas.....	21
A. SECEX/CGEN	21
B. Credenciadas.....	24
1.11. Sumário das Autorizações emitidas pelo CGEN e suas Credenciadas no período de 2002 a 2014.....	25
A. CGEN.....	25
B. Credenciadas.....	27
1.12. Emissão de Normas.	28
1.13. Sumário das atividades das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho.....	29
2 Demais Atividades do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN – e do Departamento do Patrimônio Genético – DPG.....	31
2.1. Cooperação Institucional.....	31

2.1.1. Global Environment Facility (GEF).	31
2.1.2. Diálogos Setoriais União Europeia/Brasil.	31
A. Implementação do Protocolo de Nagoya sobre Acesso aos Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios – Terceira Fase.....	32
B. Coleções e Colaboração: como coleções <i>ex situ</i> podem ajudar a facilitar a pesquisa e promover a cooperação?	32
2.2. Atendimento a Consultas.	33
3 CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO.....	34
3.1. Oficina sobre o Protocolo de Nagoya.	34
3.2. Capacitação de Técnico da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.	34
3.3. Capacitação de representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais sobre Acesso ao Patrimônio Genético e aos Conhecimentos Tradicionais Associados e Repartição de Benefícios.	34
3.3.1. Oficina Nacional sobre Proteção e Salvaguarda de Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade.....	35
3.3.2. Reunião de Discussão sobre o Projeto de Lei 7.735/2014 sobre Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade e Repartição de Benefícios com representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais.	35
3.3.3. Reunião de Discussão sobre o Projeto de Lei 7.735/2014 sobre Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade e Repartição de Benefícios com membros da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).....	36
3.3.4. Reunião de Discussão sobre o Projeto de Lei 7.735/2014 sobre Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade e Repartição de Benefícios com membros da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).....	36
3.3.5. Capacitação de lideranças e representantes de comunidades tradicionais ribeirinhas do Arquipélago de Bailique, estado do Amapá.	36
3.4. Capacitação em pesquisa e desenvolvimento, chamada MCTI/MAPA/CNPq nº 40/2014.	38
4. ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA.....	39
4.1. Orçamento.....	39

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Assistência Técnica e Extensão Rural (**ATER**); Bioprospecção (**Bio**); *Convention on Biological Diversity* (**CBD**); Conselho de Defesa Nacional (**CDN**); Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas (**CGEC**); Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (**CGEN**); *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora* (**CITES**); Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (**CNPCT**); Comissão Nacional de Política Indigenista (**CNPI**); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**); Companhia Nacional de Abastecimento (**CONAB**); Convenção das Partes sobre Diversidade Biológica (**COP**); Reunião das Partes do Protocolo de Nagoya (**COP-MOP**); Conhecimento Tradicional Associado (**CTA**); Câmara Temática de Procedimentos Administrativos (**CTPRO**); Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios (**CURB**); Delegação da União Europeia no Brasil (**DELBRA**); Diário Oficial da União (**DOU**); Departamento do Patrimônio Genético (**DPG**); Fundação Oswaldo Cruz (**Fiocruz**); Fundação Nacional do Índio (**FUNAI**); *Global Environment Facility* (**GEF**); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (**IBAMA**); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (**IPHAN**); Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (**JBRJ**); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**MAPA**); Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**); Ministério do Meio Ambiente (**MMA**); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (**MPOG**); Medida Provisória nº 2.186-16/2001 (**MP**); Patrimônio Genético (**PG**) , Plano Orçamentário (**PO**), Plano Plurianual (**PPA**); Repartição de Benefícios (**RB**); Secretaria Executiva (**SECEX**); Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (**SECIS**); União Europeia (**UE**).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E/OU AO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AUTUADAS EM 2014 PELA SECRETARIA EXECUTIVA DO CGEN (SECEX), PELO CNPQ, PELO IBAMA E PELO IPHAN.....	13
FIGURA 2. AUTORIZAÇÕES DE ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E/OU AO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO EMITIDAS DIRETAMENTE PELO CGEN EM 2014. PG: PATRIMÔNIO GENÉTICO; CTA: CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO; DT: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO; BIO: BIOPROSPECÇÃO.	15
FIGURA 3. AUTORIZAÇÕES DE ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E/OU AO CONHECIMENTO TRADICIONAL EMITIDAS PELO CGEN E PELAS INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS NO ANO DE 2014.	16
FIGURA 4. INSTRUMENTOS DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS ANUÍDOS PELO CGEN NOS ANOS DE 2004 A 2014. RB: REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS; CURB: CONTRATO DE UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS.	17
FIGURA 5. TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO, MENOR E MAIOR TEMPO DE TRAMITAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO E DE CREDENCIAMENTO DE FIEL DEPOSITÁRIA AUTUADAS APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA RESOLUÇÃO CGEN Nº 35 E AUTORIZADAS PELO CGEN EM 2014.	21
FIGURA 6. DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE SOLICITAÇÕES DE ACESSO SIMPLES AUTORIZADOS PELO CGEN EM 2014 E AUTUADOS APÓS A RESOLUÇÃO CGEN Nº 35, DE ACORDO COM O TEMPO TOTAL DE TRAMITAÇÃO (N=27).	23
FIGURA 7. TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AO PG E/OU AO CTA AUTUADAS APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA RESOLUÇÃO CGEN Nº 35 E AUTORIZADAS EM 2014 PELO CGEN (N=27), PELO IPHAN (N=24), PELO CNPQ (N=167) E POR CGEN, IPHAN E CNPQ CONJUNTAMENTE (N=218).	24
FIGURA 8. AUTORIZAÇÕES DE ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E/OU AO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO EMITIDAS DIRETAMENTE PELO CGEN EM 2014. PG: PATRIMÔNIO GENÉTICO; CTA: CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO; DT: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO; BIO: BIOPROSPECÇÃO.	27
FIGURA 9. AUTORIZAÇÕES DE ACESSO AO PG E/OU AO CTA EMITIDAS PELO CGEN E PELAS INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS ATÉ 2014.	28
FIGURA 10. NÚMERO DE REPRESENTANTES E LIDERANÇAS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CAPACITADAS PELO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO NOS ANOS DE 2013 E 2014.	35
FIGURA 11. TOTAL DE GASTOS DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO (DPG) NOS ANOS DE 2012, 2013 E 2014.	40
FIGURA 12. EFICIÊNCIA DE ANUÊNCIA DE INSTRUMENTOS DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS PELO CGEN NOS ANOS DE 2012, 2013 E 2014 MEDIDA COMO O NÚMERO DE INSTRUMENTOS DE RB ANUÍDOS PELO CGEN PARA CADA R\$ 1.000.000,00 GASTO PELO DPG.	40

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. SOLICITAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO E REMESSA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PG E/OU ACESSO AO CTA; E SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA NACIONAL PARA SER FIEL DEPOSITÁRIA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO AUTUADAS PELA SECEX/CGEN EM 2014.	12
TABELA 2. AUTORIZAÇÕES DE ACESSO E/OU REMESSA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PG E/OU ACESSO A CTA; E CREDENCIAMENTOS DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA NACIONAL PARA SER FIEL DEPOSITÁRIA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO EMITIDOS DIRETAMENTE PELO CGEN EM 2014*	14
TABELA 3. NÚMERO DE PROCESSOS ARQUIVADOS EM 2014 PELO CGEN.	19
TABELA 4. NÚMERO DE PROCESSOS ARQUIVADOS EM 2014 PELAS INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS PELO CGEN	20
TABELA 5. AUTORIZAÇÕES DE ACESSO E/OU REMESSA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PG E/OU ACESSO A CTA EMITIDOS PELO CGEN; E CREDENCIAMENTOS DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA NACIONAL PARA SER FIEL DEPOSITÁRIA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO EMITIDOS PELO CGEN NO PERÍODO DE 2002 A 2014*	26
TABELA 6. REUNIÕES DAS CÂMARAS TEMÁTICAS E GRUPOS DE TRABALHO DO CGEN REALIZADAS NO ANO DE 2014.	30
TABELA 7. NÚMERO AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS DE REPRESENTANTES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS ASSOCIADAS REALIZADAS PELO DPG.	37
TABELA 8. GASTOS TOTAIS DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO NO ANO DE 2014.	40

RESUMO EXECUTIVO

O presente documento tem como objetivo informar sobre as atividades realizadas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), bem como pelas instituições por ele credenciadas para autorizar atividades de acesso a amostra de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Desta forma, pretende-se levar ao conhecimento de toda a sociedade brasileira, incluindo povos e comunidades tradicionais, empresas, instituições de pesquisa, e agentes públicos os trabalhos realizados pelo CGEN no ano de 2014, bem como um sumário do desempenho em todo o período de sua atuação.

No Capítulo 1, são mostradas as atividades relacionadas diretamente ao acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. Destaca-se, na Seção 1.2, que em 2014 foram autuados 652 solicitações de autorização de acesso a amostra de componente do patrimônio genético (PG) e/ou ao conhecimento tradicional associado (CTA) pela Secretaria Executiva do CGEN e pelas instituições credenciadas pelo CGEN (IBAMA, CNPq e IPHAN).

A Seção 1.3 mostra que o CGEN e as instituições por ele credenciadas emitiram 360 autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA. É possível observar na Seção 1.4 que o CGEN anuiu 38 instrumentos de repartição de benefícios em 2014, e 136 entre 2004 e 2014. A Seção 1.5 mostra que 333 processos foram arquivados e deixaram de tramitar na Secretaria Executiva do CGEN (SECEX/CGEN) e nas instituições credenciadas.

A Seção 1.10 traz como novidade o cálculo do tempo médio de tramitação das solicitações de autorização para acesso e para credenciamento de instituição como fiel depositária emitidas pelo CGEN, pelo IPHAN e pelo CNPq. O tempo médio de tramitação das autorizações de acesso emitidas pelo CGEN e suas credenciadas foi de 94 dias. Devido à maior complexidade dos processos autuado pelo CGEN, o tempo médio de tramitação do processo por ele autuados foi de 501 dias, variando de 168 a 1036 dias. Por outro lado, o tempo médio de tramitação do IPHAN foi de 200 dias e o do CNPq foi de 13 dias. Por fim, a Seção 1.11 mostra que o CGEN e as instituições credenciadas emitiram um total de 1.667 autorizações de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado, desde a instauração do CGEN até 31 de dezembro de 2014.

O Capítulo 2 retrata as atividades de apoio ao CGEN e conduzidas pelo Departamento do Patrimônio Genético. A Seção 2.1 mostra Projetos de Cooperação Institucional; a Seção 2.2 destaca o atendimento a consultas via correspondência eletrônica para esclarecimentos de dúvidas a respeito do cumprimento da Medida Provisória nº 2.186-16/2001 e seus regulamentos.

O Capítulo 3 indica as ações de Capacitação e Treinamento conduzidas pelo CGEN, seus Conselheiros, pelas Instituições com assento no Conselho e pelo Departamento do Patrimônio Genético (DPG). Destacam-se as ações desenvolvidas que tratam sobre o Protocolo de Nagoya, sobre o PL 7.735/2014 e as ações de capacitação de representante de povos indígenas e comunidade tradicionais.

Por fim, o Capítulo 4 mostra a evolução do Orçamento e da Infraestrutura do DPG. É interessante notar que, apesar do decréscimo observado na Dotação Orçamentária destinada ao DPG, o número de instrumentos de repartição de benefícios anuídos pelo CGEN aumentou em relação ao ano de 2013.

1 REGULAÇÃO DO ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

1.1. Reuniões do CGEN.

Foram organizadas e realizadas dez Reuniões Ordinárias do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) durante o ano de 2014 (110ª a 119ª Reunião). Além das reuniões ordinárias do CGEN, foram realizadas a 31ª Reunião da Câmara Temática de Conhecimentos Tradicionais Associados, a 65ª e a 66ª Reunião da Câmara Temática de Procedimentos Administrativos. Foram realizadas, ainda, quatro reuniões do Grupo de Trabalho Recursos de Autos de Infração, três reuniões do Grupo de Trabalho sobre a revisão do Regimento Interno do CGEN, uma reunião do Grupo de Trabalho sobre Banco de Dados e uma reunião do Grupo de Trabalho sobre Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios (CURB) com a União.

1.2. Processos autuados em 2014.

A. Secretaria Executiva do CGEN.

Durante o ano de 2014, foram autuados 100 processos na Secretaria Executiva (SECEX) do CGEN. Este número inclui solicitações de autorização de acesso e/ou de remessa de amostra de componente do patrimônio genético (PG) e/ou acesso a conhecimento tradicional associado (CTA) (83 processos); e solicitações de credenciamento de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético (17 processos).

A Tabela 1 mostra o quantitativo de processos autuados em 2014, incluindo as solicitações de autorização de acesso e/ou remessa, bem como as de solicitações de credenciamento de instituições como fiéis depositárias. As solicitações de acesso e/ou remessa estão categorizadas de acordo com o objeto do acesso (PG, CTA, ou ambos) e de acordo com a finalidade (pesquisa científica, bioprospecção, desenvolvimento tecnológico, ou qualquer combinação entre os três).

Adicionalmente, é explicitada a diferença entre solicitações de autorização simples e especiais. A autorização simples prevista no art. 11, inciso IV, alíneas "a" e "b" da Medida Provisória

nº 2.186-16/2001 (MP)¹ permite o desenvolvimento de um único projeto para cada solicitação de acesso. Por outro lado, as autorizações especiais previstas no art. 11, inciso IV, alíneas "c" e "d" da MP permitem o desenvolvimento de um portfólio de projetos. É permitida, portanto, a inclusão de novos projetos ao portfólio de projetos inicialmente autorizado. A inclusão de novos projetos no portfólio ocorre de forma mais rápida em relação ao processo de obtenção autorização simples de acesso.

Tabela 1. Solicitações de autorização de acesso e remessa de amostra de componente do PG e/ou acesso ao CTA; e solicitações de credenciamento de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético autuadas pela SECEX/CGEN em 2014.

Acesso e/ou Remessa ao PG e/ou a CTA	83
Autorização Simples de Acesso ao PG	63
Pesquisa Científica	4
Desenvolvimento Tecnológico	14
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	40
Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico	5
Autorização Especial de Acesso ao PG	15
Inclusão de projeto em portfólio de autorização especial de acesso para bioprospecção	15
Autorização Simples de Acesso ao CTA	1
Pesquisa Científica	1
Autorização Simples de Acesso ao PG e ao CTA	4
Pesquisa Científica	3
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	1
Credenciamento de Instituições fiéis depositárias	17
Total Geral	100

* Os processos podem ser reclassificados ao longo da tramitação.

A grande maioria das solicitações de acesso, 78 processos (94%), tiveram como objeto o acesso ao PG. Apenas quatro processos (5%) autuados em 2014 corresponderam a acesso ao PG e ao CTA, e apenas um processo (1%) correspondeu a acesso ao CTA.

Adicionalmente, apenas oito processos (10%) autuados na Secretaria Executiva do CGEN tiveram como finalidade a pesquisa científica. Todos os outros 75 processos de acesso (90%) tiveram

¹ A Medida Provisória nº 2.186-16/2001, e a legislação infralegal podem ser encontradas em <http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico/normas-sobre-acesso>

atividades com potencial de uso econômico (bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico, com ou sem pesquisa científica) como finalidade.

B. Credenciadas

No intuito de promover uma maior celeridade no processo de solicitação das autorizações de acesso e remessa de amostra de componente do PG e ao CTA, o CGEN credenciou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)^{2,3}, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)⁴ e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁵ para emitirem tipos específicos de autorizações.

Em 2014, o IBAMA autuou 143 processos de acesso a PG para fins pesquisa científica (Figura 1). No mesmo período, o CNPq autuou 397 processos de acesso a PG para fins de pesquisa científica, bioprospecção e/ou desenvolvimento tecnológico, enquanto que o IPHAN autuou 29 processos de solicitação de autorização de acesso ao CTA para fins de pesquisa científica.

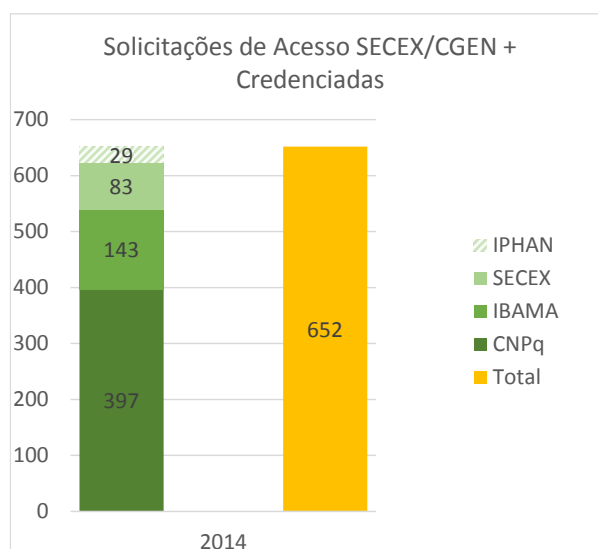


Figura 1. Solicitação de autorização de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado autuadas em 2014 pela Secretaria Executiva do CGEN (SECEX), pelo CNPq, pelo IBAMA e pelo IPHAN.

² Deliberação CGEN nº 246, de 27 de agosto de 2009:
http://www.mma.gov.br/estruturas/222/_arquivos/deliberacao_246_cnpq_222.pdf

³ Deliberação CGEN nº 268, de 9 de dezembro de 2010:
http://www.mma.gov.br/estruturas/222/_arquivos/del268_222.pdf

⁴ Deliberação CGEN nº 40, de 24 de setembro de 2003:
http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/del40.pdf

⁵ Deliberação CGEN nº 279, de 20 de setembro de 2011:
http://www.mma.gov.br/estruturas/222/_arquivos/del279_222.pdf

O número total de solicitações de acesso autuadas em 2014 pela Secretaria Executiva do CGEN e pelas instituições credenciadas foi de 652 (Figura 1).

1.3. Autorizações concedidas em 2014.

A. CGEN.

Durante o ano de 2014, o CGEN concedeu 57 autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA e cinco credenciamentos de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético. A Tabela 2 sumariza as autorizações concedidas quanto ao objeto ou à finalidade do acesso.

Tabela 2. Autorizações de acesso e/ou remessa de amostra de componente do PG e/ou acesso a CTA; e credenciamentos de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético emitidos diretamente pelo CGEN em 2014*.

Acesso e/ou Remessa ao PG e/ou a CTA	57
Autorização Simples de Acesso ao PG	36
Pesquisa Científica	1
Bioprospecção	2
Desenvolvimento Tecnológico	11
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	21
Pesquisa Científica, Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	1
Autorização Especial de Acesso ao PG	14
Coleção <i>ex situ</i> que visa atividades com potencial de uso econômico	1
Autorização Especial de acesso para bioprospecção	3
Inclusão de projeto em portfólio de autorização especial de acesso para bioprospecção	10
Autorização Simples de Acesso ao CTA	3
Pesquisa Científica	2
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	1
Autorização Simples de Acesso ao PG e ao CTA	4
Pesquisa Científica	2
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	2
Credenciamento de Instituições fiéis depositárias	5
Total Geral**	62

* Os processos podem ser reclassificados ao longo da tramitação.

** Três processos corresponderam a renovações de autorização

A Figura 2 mostra que a grande maioria das autorizações de acesso concedidas diretamente pelo CGEN (50 autorizações; 87,72%) tem como objeto o acesso ao PG. Apenas 4 autorizações de acesso corresponderam a acesso ao PG e ao CTA (7,02%), e apenas 3 corresponderam ao CTA (5,26%).

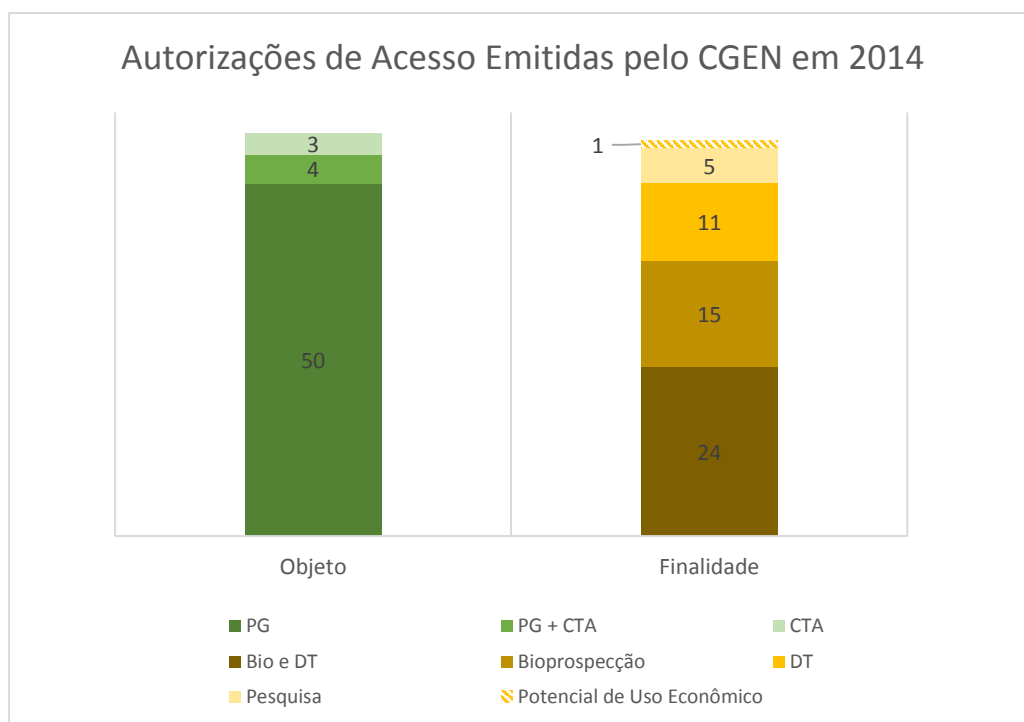


Figura 2. Autorizações de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado emitidas diretamente pelo CGEN em 2014. **PG:** Patrimônio Genético; **CTA:** Conhecimento Tradicional Associado; **DT:** Desenvolvimento Tecnológico; **Bio:** Bioprospecção.

A análise da Figura 2 mostra, adicionalmente que apenas cinco das autorizações concedidas diretamente pelo CGEN têm a pesquisa científica como única finalidade (8,77%). Todos os outros 52 processos de acesso autorizados (91,23%) apresentam potencial de uso econômico (bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico, com ou sem pesquisa científica).

B. Credenciadas

As instituições credenciadas receberam delegação de competência do CGEN para autorizar o acesso ao PG ou ao CTA, com o principal objetivo de ampliar a capacidade institucional de emitir

autorizações, permitindo maior agilidade e eficiência, em particular para emissão de autorizações de acesso para pesquisa.

Em 2014, o CNPq autorizou 167 processos de acesso a PG (Figura 3)⁶. No mesmo período o IBAMA⁷ autorizou 111 processos de acesso a PG, enquanto que o IPHAN⁸ autorizou 25 processos de solicitação de autorização de acesso a CTA. O menor número de autorizações emitidas pelo IPHAN reflete a menor demanda de autorizações de acesso a CTA. O número total de processos de solicitação de acesso autorizados em 2014 pelo CGEN e pelas instituições credenciadas foi de 360.

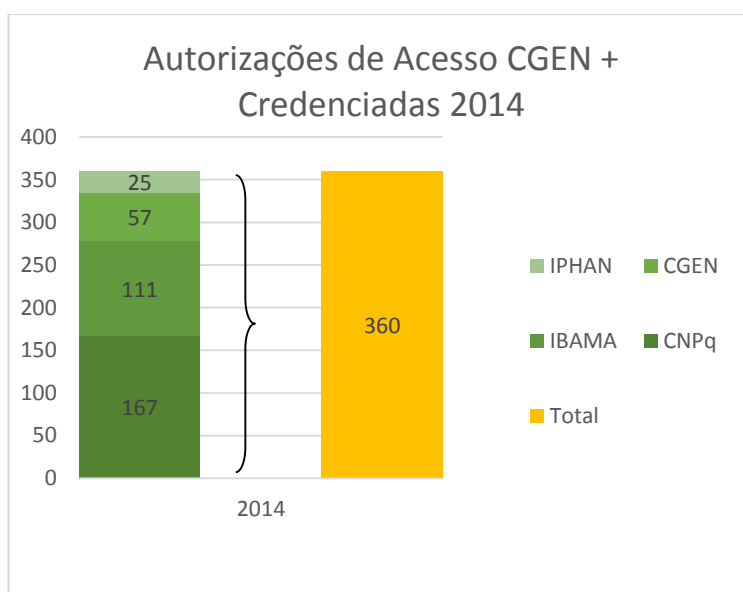


Figura 3. Autorizações de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional emitidas pelo CGEN e pelas instituições credenciadas no ano de 2014.

1.4. Anuência do CGEN a Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios em 2014.

A Figura 4 mostra a evolução dos trabalhos do CGEN que resultaram em repartição de benefícios. Houve um considerável aumento de instrumentos de repartição de benefícios anuídos

⁶ As autorizações emitidas pelo CNPq em 2014 podem ser encontradas em:

<http://www.cnpq.br/web/guest/autorizacoes-concedidas>

⁷ As autorizações emitidas pelo IBAMA podem ser encontradas em <http://www.ibama.gov.br/servicos/acesso-e-remessa-ao-patrimonio-genetico>

⁸ As autorizações emitidas pelo IPHAN em 2014 podem ser encontradas em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18610&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>

no período de 2012-2014, em grande parte graças às medidas facilitadoras tomadas pelo CGEN que resultaram em maior eficiência dos trâmites internos, como também tornaram mais claros os procedimentos a serem seguidos pelo público usuário do sistema.

Em 22 de abril de 2013, foi publicada a Resolução CGEN nº 40⁹, que cria um novo instrumento de repartição de benefícios além do CURB, o Projeto de Repartição de Benefícios (RB). Este instrumento aplica-se aos casos de acesso a componente PG com perspectiva de uso comercial, que vier a incidir sobre amostras obtidas: em estabelecimento comercial, quando não for possível a identificação do provedor; em área de propriedade da própria instituição que pretende realizar o acesso; em área de provedor que renunciar ao benefício; e em coleção *ex situ* mantida pela própria instituição que pretende realizar o acesso, quando se tratar de amostra coletada em data anterior à primeira edição da MP.

O CGEN anuiu um total de 38 instrumentos de RB em 2014, e um total de 136 entre 2004 e 2014.

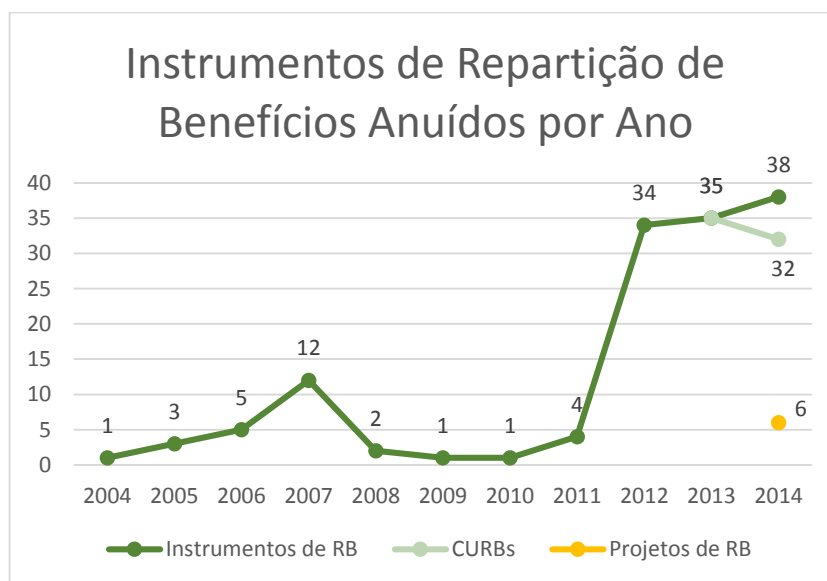


Figura 4. Instrumentos de Repartição de Benefícios anuados pelo CGEN nos anos de 2004 a 2014. **RB:** Repartição de Benefícios; **CURB:** Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios.

⁹ Resolução CGEN nº 40, de 27 de fevereiro de 2013:
<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80043/resolucoes/res40.pdf>

1.5. Anuência do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para acesso ao patrimônio genético em área indispensável à segurança nacional.

Durante o ano de 2014, foram encaminhados ao Conselho de Defesa Nacional (CDN), sete processos de solicitação de acesso ao PG em área indispensável à segurança nacional para obtenção da anuência prévia de que trata o inciso IV do art. 9º da MP. Deste total, cinco processos obtiveram a anuência do CDN e 2 processos encontravam-se em análise.

1.6. Anuência do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) para Acesso ao Patrimônio Genético de Espécies de Endemismo Estrito ou Ameaçada de Extinção¹⁰.

Durante o ano de 2014, o JBRJ analisou e concedeu dez anuências prévias de solicitações de acesso ao PG de espécies plantas de endemismo estrito ou ameaçada de extinção, de acordo com o disposto no parágrafo 8º do art. 16 da MP.

1.7. Acompanhamento de relatórios das autorizações e das instituições credenciadas com fieis depositárias pelo CGEN.

Para cada autorização de acesso ao PG e/ou ao CTA emitida pelo CGEN, devem ser enviados à Secretaria Executiva do CGEN relatórios periódicos de acompanhamento. Em 2014, eram esperados 78 relatórios de acompanhamento das atividades relativos às autorizações simples de acesso ao PG e/ou ao CTA emitidas nos anos de 2012 e 2013. Deste total, foram recebidos 72 relatórios. A maioria destes relatórios encontra-se em análise, com solicitação de renovação, aguardando informações adicionais das requerentes.

Adicionalmente, foram recebidos 66 relatórios referentes a Autorizações Especiais, sendo 2 referentes a Autorizações Especiais para constituir Coleção *ex situ* que visa atividades com potencial de uso econômico e 64 relatórios referentes a Autorizações Especiais de Bioprospecção incluindo

¹⁰ De acordo com as atribuições especificadas no art. 13, incisos I, II, III e XII do Decreto nº 6.645, de 18 de novembro de 2008.

as adições de projeto ao portfólio. A maioria destes relatórios foi analisada, sendo que um relatório encontra-se aguardando o envio de informações adicionais pela instituição autorizada.

As instituições credenciadas como fiéis depositárias pelo CGEN devem enviar relatórios anuais de acompanhamento. Das 200 instituições credenciadas como fiéis depositárias pelo CGEN, considerando o número total de publicações no Diário Oficial da União (DOU), 45 enviaram relatórios anuais de acompanhamento. Destes, 24 foram analisados por meio de Pareceres e Notas Técnicas e 21 estão aguardando o envio de informações adicionais da requerente ou em análise devido as inúmeras prioridades existente na Secretaria Executiva.

Desta forma a SECEX/CGEN esperava receber 342 relatórios de acompanhamento em 2014, dos quais foram recebidos 183.

1.8. Processos arquivados em 2014.

A. CGEN

Em 2014, 35 processos foram arquivados e deixaram de tramitar na SECEX/CGEN. Deste total, 16 foram arquivados por decurso de prazos estabelecidos na Resolução CGEN nº 37, de 18 de outubro de 2011¹¹; nove por terem sido finalizados; sete por solicitação do interessado; um, por integrar outro processo; um por não se enquadrar no escopo da MP; e um outro motivo (Tabela 3).

Tabela 3. Número de processos arquivados em 2014 pelo CGEN.	
Decurso de prazo	16
Finalizado	9
Solicitação da interessada	7
Integra outro Processo	1
Não se enquadra na MP	1
Outros	1
Total	35

¹¹ Resolução CGEN nº 37, de 18 de outubro de 2011:
<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80043/resolucoes/res40.pdf>

B. Credenciadas

Em 2014, 298 processos foram arquivados e deixaram de tramitar nas instituições credenciadas pelo CGEN (Tabela 4). O alto número de processos arquivados pelo CNPq (275) é resultado do processamento eletrônico das solicitações de autorização de acesso submetidas a essa Instituição. As solicitações que não possuem documentação completa e/ou correta são imediatamente arquivadas. Por outro lado, as solicitações de acesso submetidas com documentação incompleta na Secretaria Executiva do CGEN, no IBAMA ou no IPHAN são todas autuadas e os documentos faltantes são solicitados aos requerentes por meio do envio de ofícios.

Tabela 4. Número de processos arquivados em 2014 pelas instituições credenciadas pelo CGEN	
IBAMA	1
CNPq	275
IPHAN	22
Total	298

1.9. Processos em Tramitação na Secretaria Executiva do CGEN em 2014.

Os processos em tramitação na SECEX/CGEN correspondem: **(I)** a todos os processos autuados em 2014; e aos processos autuados anteriormente ao ano de 2014 e que não tenham sido arquivados ou aprovados até o último dia do ano de 2013; **(II)** àqueles que, cumulativamente, tenham sido autuados e autorizados até o último dia do ano de 2013, e tenham enviado relatórios de acompanhamento, de solicitação de renovação ou de finalização das atividades para análise da Secretaria Executiva do CGEN.

Em 2014, tramitaram, na SECEX/CGEN, 436 processos de solicitação de autorização de acesso e de remessa de amostra de componente do PG e/ou CTA e de solicitação de credenciamento de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético. Deste total, 253 corresponderam ao grupo I evidenciado no parágrafo anterior, e 183 corresponderam ao grupo II.

1.10. Tempo médio de tramitação das solicitações de acesso e de credenciamento como fiel depositária autorizadas em 2014 pelo CGEN e pelas instituições credenciadas.

A. SECEX/CGEN

A Figura 5 mostra o tempo médio de tramitação, bem como o menor e o maior tempo de tramitação das solicitações de autorização de acesso e de credenciamento de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do PG autuados pela SECEX/CGEN após a entrada em vigor da Resolução CGEN nº 35, de 27 de abril de 2011¹², e que foram autorizados diretamente pelo CGEN em 2014. Essa Resolução estabeleceu os procedimentos para a regularização das atividades de acesso realizadas em desacordo com a MP.

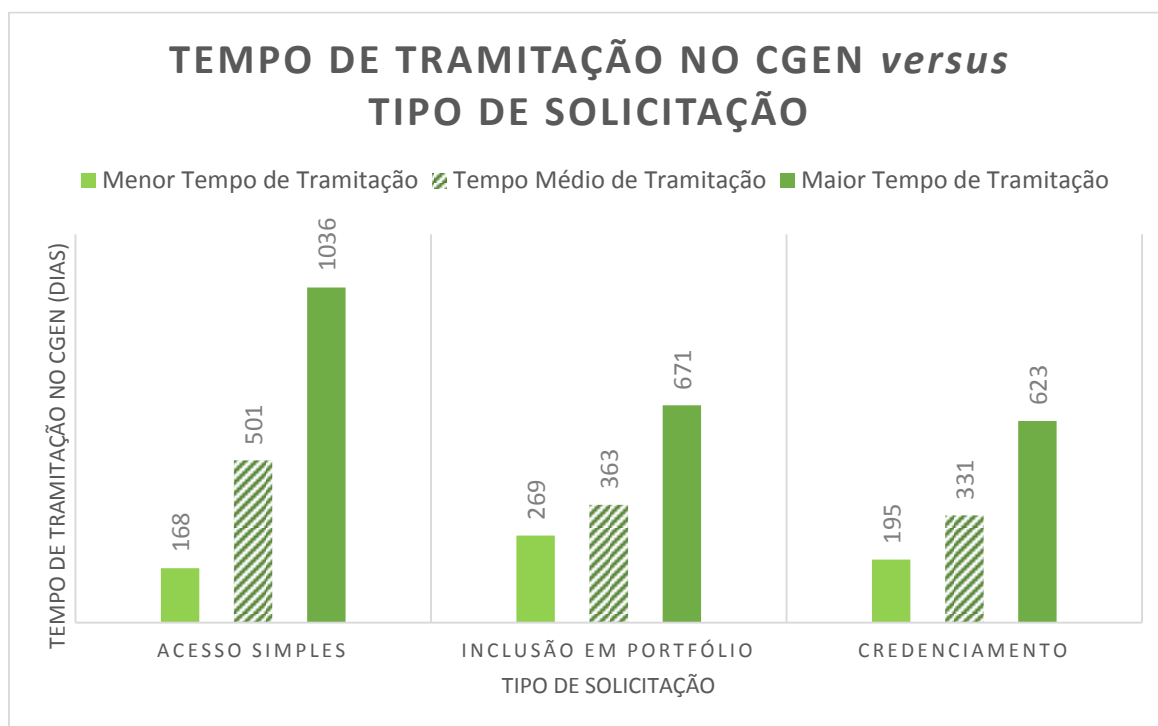


Figura 5. Tempo Médio de Tramitação, Menor e Maior Tempo de Tramitação das solicitações de autorização de acesso e de credenciamento de fiel depositária autuadas após a entrada em vigor da Resolução CGEN nº 35 e autorizadas pelo CGEN em 2014.

¹² Resolução CGEN nº 35, de 27 de abril de 2011: http://www.mma.gov.br/estruturas/222/_arquivos/res35_222.pdf

O tempo total de tramitação das solicitações de autorização de acesso inclui as seguintes etapas listadas no “Quadro de Tramitação do Processo por Etapas”, do Anexo da Resolução CGEN nº 37, de 18 de outubro de 2011: **(1)** Autuação e Protocolo; **(2)** Verificação da apresentação dos documentos ou informações exigidos pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001¹³ ou pela Resolução nº 35, de 27 de abril de 2011 e, quando necessário, solicitação de complementação de informações e de documentos; **(3)** Complementação de informações e/ou documentos pelo interessado; **(4)** Análise por Parecerista *ad hoc* e Emissão de Parecer; **(5)** Distribuição do Processo ao Relator para Análise durante a Reunião Ordinária do CGEN que antecede a deliberação do processo; **(6)** Apresentação de Voto do Relator por escrito e Deliberação do Processo pelo CGEN; **(7)** No caso de aprovação ou não aprovação pelo CGEN, encaminhamento do processo à Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente para publicação no DOU; **(8)** No caso de aprovação com condições ou pedido de esclarecimentos ou diligências pelo CGEN, solicitação de cumprimento das condições ou prestação de esclarecimentos ou diligências pelo interessado; **(9)** Cumprimento das condições ou prestação de esclarecimentos ou diligências pelo interessado; **(10)** retorno ao CGEN para deliberação; **(11)** Publicidade da decisão, por meio de publicação de extrato no DOU e na página eletrônica do MMA.

O tempo total de tramitação das solicitações de credenciamento de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético inclui de forma resumida as seguintes etapas listada na Deliberação nº 209¹⁴: **(1)** Autuação e Protocolo; **(2)** Verificação da apresentação dos documentos ou informações exigidos pelo Decreto nº 3.945/2001 e, quando necessário, solicitação de complementação de informações e de documentos; **(3)** Complementação de informações e/ou documentos pelo interessado; **(4)** Análise por dois Pareceristas *ad hoc* e Emissão de Pareceres; **(5)** Decisão da SECEX/CGEN sobre a solicitação de credenciamento; **(6)** Encaminhando da decisão à Consultoria Jurídica do MMA; **(7)** Publicidade da decisão, por meio de publicação de extrato no DOU e na página eletrônica do MMA.

A Figura 5 mostra que as solicitações de acesso simples tramitaram, em média, por 501 dias, desde a autuação até a publicação da autorização no DOU. É interessante notar que o menor tempo de tramitação foi de 168 dias e que o maior tempo de tramitação foi de 1036 dias. É possível observar, adicionalmente, que as solicitações de inclusão em portfólio de autorização especial tramitaram, em média, por 363 dias, que o menor tempo de tramitação foi de 269 dias e que o

¹³ Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3945.htm

¹⁴ Deliberação CGEN nº 209, De 27 de julho de 2007:
http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/del209.pdf

maior tempo de tramitação foi de 671 dias. Por fim, a Figura 5 mostra que as solicitações de credenciamento de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do PG tramitaram, em média, por 331, que o menor tempo de tramitação foi de 195 dias e que o maior tempo de tramitação foi de 623 dias.

A heterogeneidade no tempo de tramitação das solicitações autuadas na SECEX/CGEN pode ser explicada em parte pelo grande número de solicitações de acesso e de credenciamento apresentadas com documentação insuficiente. Nestes casos, grande parte do tempo total de tramitação ocorre na fase de complementação da documentação. Adicionalmente, todo o procedimento de autorização de acesso ou de credenciamento como fiel depositária é composto de muitas etapas além da deliberação pelo CGEN ou pela decisão da SECEX/CGEN, tais como avaliação por parecerista *ad hoc*, a análise pela Consultoria Jurídica do MMA, bem como a publicação das decisões do CGEN ou da SECEX/CGEN no DOU.

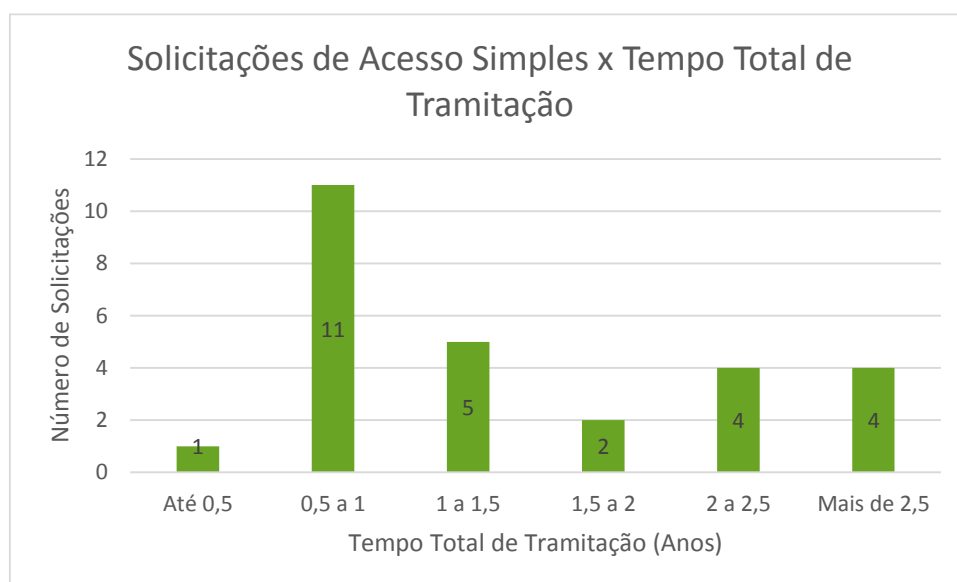


Figura 6. Distribuição do número de solicitações de acesso simples autorizados pelo CGEN em 2014 e autuados após a Resolução CGEN nº 35, de acordo com o tempo total de tramitação (n=27).

Embora os procedimentos de autorização de acesso ou de credenciamento como fiel depositária sejam compostos por muitas etapas, a Figura 6 mostra que 44,44% solicitações de autorização de acesso simples autuados após a entrada em vigor da Resolução CGEN nº 35 e autorizadas pelo CGEN em 2014, tramitaram por um período inferior a um ano. Esse dado reflete as medidas tomadas para melhorar a eficiência do procedimento de obtenção de autorização de acesso, uma vez que, na prática, grande parte das solicitações autuadas mais recentemente tramitam por um período inferior ao tempo médio de tramitação mostrado na Figura 5.

B. Credenciadas

A Figura 7 mostra o tempo médio de tramitação das solicitações de autorização de acesso ao PG e/ou ao CTA autuados após a entrada em vigor da Resolução CGEN nº 35, e que foram autorizados em 2014 pelo IPHAN¹⁵, pelo CNPq¹⁶ ou pelo CGEN. Não foi possível obter de forma exata o tempo médio de tramitação das autorizações emitidas pelo IBAMA, de forma que seus dados não foram incluídos na Figura 7.

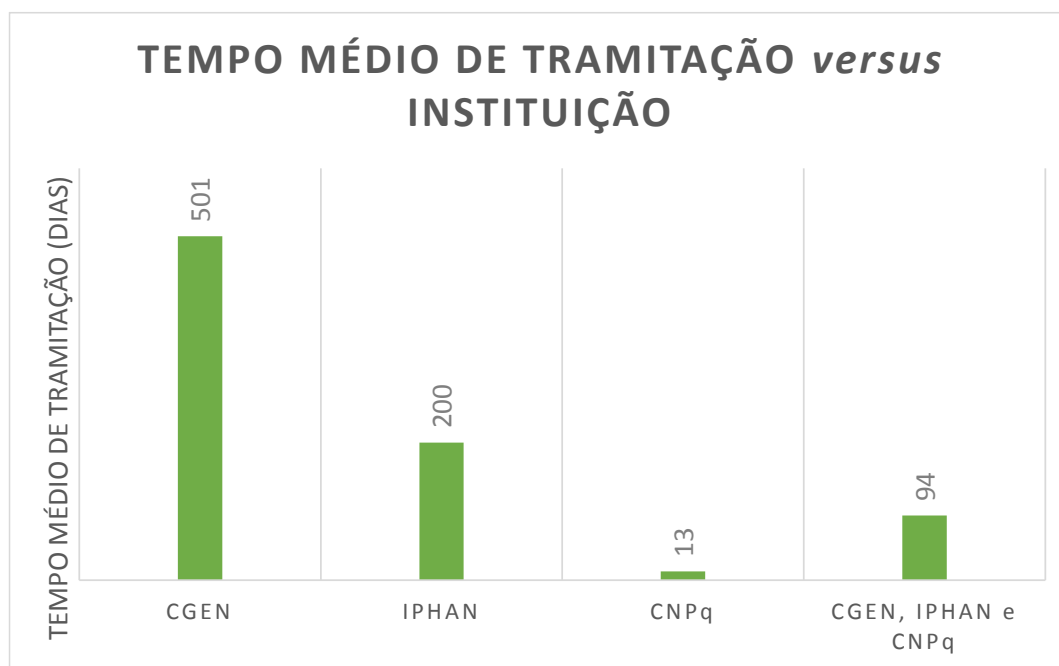


Figura 7. Tempo Médio de Tramitação das solicitações de autorização de acesso ao PG e/ou ao CTA autuadas após a entrada em vigor da Resolução CGEN nº 35 e autorizadas em 2014 pelo CGEN (n=27), pelo IPHAN (n=24), pelo CNPq (n=167) e por CGEN, IPHAN e CNPq conjuntamente (n=218).

O tempo médio de tramitação das autorizações concedidas pelo IPHAN é de aproximadamente 200 dias, enquanto que o do CNPq é de 13 dias. O tempo médio de tramitação de todas as autorizações emitidas pelo CGEN, pelo IPHAN e pelo CNPq é de aproximadamente 94 dias. No IBAMA a tramitação das solicitações de autorização de acesso que contém documentação completa dura em torno de 45 dias para autorizações simples e especiais e 30 dias para a inclusão de projetos de pesquisa em portfólios. O menor tempo médio de tramitação das autorizações

¹⁵ Dados obtidos em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18605&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>

¹⁶ Dados obtidos em: <http://www.cnpq.br/web/guest/autorizacoes-concedidas>

concedidas pelo CNPq em comparação às demais instituições se deve ao fato desta Instituição contar com um procedimento de autorização eletrônico¹⁷.

Os dados mostram que o credenciamento destas instituições resultou no aumento da eficiência da concessão de autorizações de acesso. Adicionalmente, a inegável eficiência do sistema informatizado utilizado pelo CNPq reforça a importância da aprovação do novo marco legal sobre acesso ao PG e ao CTA em discussão no Congresso Nacional.

1.11. Sumário das Autorizações emitidas pelo CGEN e suas Credenciadas no período de 2002 a 2014.

A. CGEN.

Durante o período compreendido entre os anos de 2002 a 2014, o CGEN concedeu, diretamente, um total de 402 autorizações, incluindo autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA (316 autorizações); e credenciamentos de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético (86 credenciamentos). A Tabela 5 sumariza as autorizações concedidas quanto ao objeto ou à finalidade do acesso. A Figura 8 mostra que a grande maioria das autorizações de acesso concedidas (248 autorizações; 78,48%), têm como objeto o acesso ao PG. Apenas 47 autorizações de acesso corresponderam a acesso ao CTA (14,87%), e apenas 21 corresponderam a acesso ao PG e ao CTA (6,65%).

A análise da Figura 8 mostra, adicionalmente que 95 das autorizações concedidas têm a pesquisa científica como única finalidade (30,06%). Todos os outros 221 processos de acesso autorizados (69,94%) apresentam potencial de uso econômico (bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico, com ou sem pesquisa científica).

¹⁷ <http://www.cnpq.br/web/guest/autorizacao-de-acesso-e-remessa-de-amostra-de-componente-do-pg>

Tabela 5. Autorizações de acesso e/ou remessa de amostra de componente do PG e/ou acesso a CTA emitidos pelo CGEN; e credenciamentos de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético emitidos pelo CGEN no período de 2002 a 2014*

Acesso e/ou Remessa ao PG e/ou a CTA	316
Autorização Simples de Acesso ao PG	153
Pesquisa Científica	16
Bioprospecção	14
Desenvolvimento Tecnológico	45
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	76
Pesquisa Científica, Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	2
Autorização Especial de Acesso ao PG	95
Coleção <i>ex situ</i> que visa atividades com potencial de uso econômico	5
Autorização Especial de acesso para pesquisa científica	1
Inclusão de projeto em portfólio de autorização especial de acesso para pesquisa científica	24
Autorização Especial de acesso para bioprospecção	4
Inclusão de projeto em portfólio de autorização especial de acesso para bioprospecção	61
Autorização Simples de Acesso ao CTA	47
Pesquisa Científica	42
Bioprospecção	1
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	4
Autorização Simples de Acesso ao PG e ao CTA	21
Pesquisa Científica	12
Bioprospecção	3
Desenvolvimento Tecnológico	1
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	5
Credenciamento de Instituições fiéis depositárias	86
Total Geral**	402

* Os processos podem ser reclassificados ao longo da tramitação.

** 31 processos corresponderam a renovações de autorização

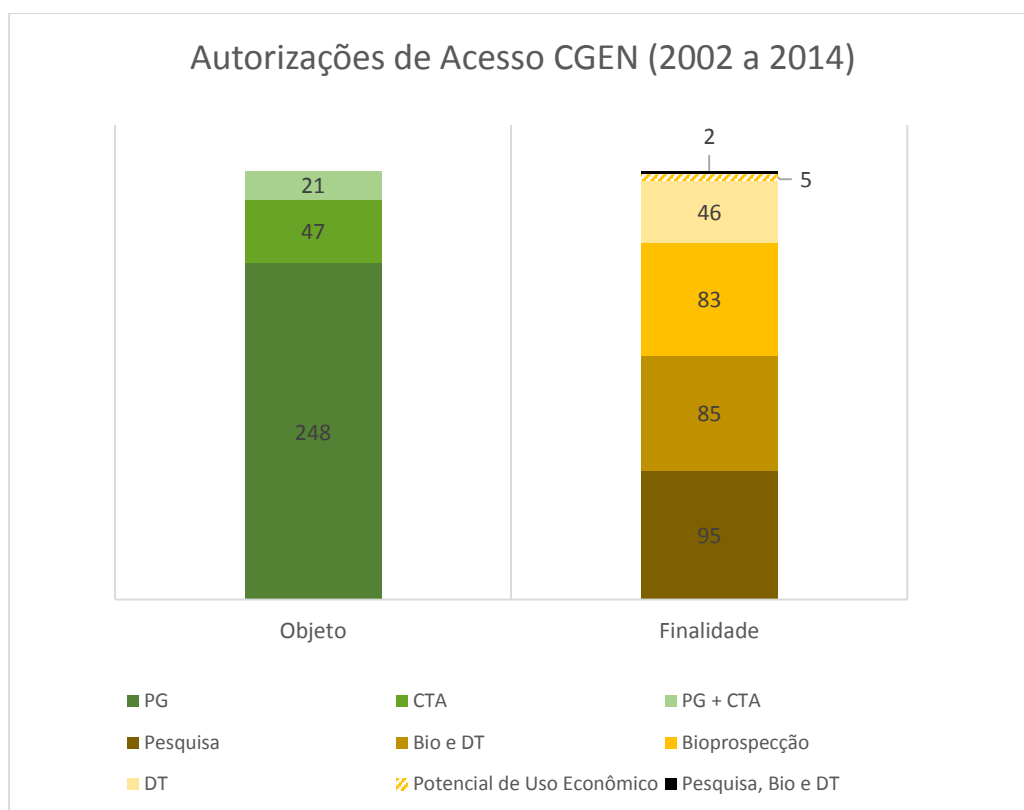


Figura 8. Autorizações de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado emitidas diretamente pelo CGEN em 2014. PG: Patrimônio Genético; CTA: Conhecimento Tradicional Associado; DT: Desenvolvimento Tecnológico; Bio: Bioprospecção.

B. Credenciadas.

Desde seu credenciamento pelo CGEN em 2003 até 31 de dezembro de 2014, o IBAMA autorizou 908 solicitações de acesso ao patrimônio genético (Figura 9). O CNPq foi credenciado em 2009 e desde 2010 autorizou 391 solicitações de acesso a patrimônio genético. Já o IPHAN, credenciado em 2011, autorizou 52 solicitações de autorização de acesso ao conhecimento tradicional associado. No total, o CGEN e as instituições credenciadas emitiram 1.667 autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA.

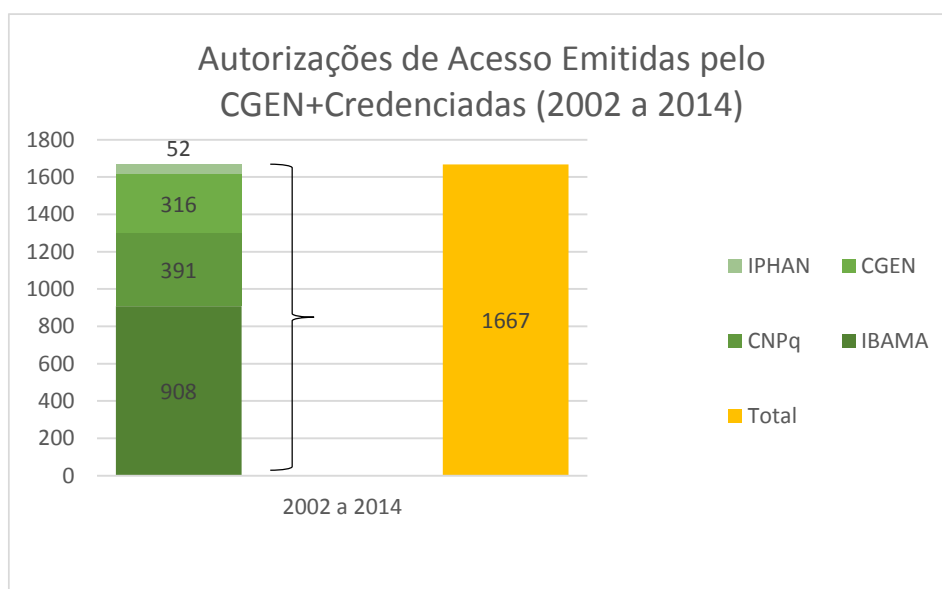


Figura 9. Autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA emitidas pelo CGEN e pelas instituições credenciadas até 2014.

1.12. Emissão de Normas.

As seguintes normas foram aprovadas pelo CGEN e publicadas no DOU em 2014:

- A. Resolução nº 41¹⁸:** Aprova os roteiros para elaboração de relatórios por instituições autorizadas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Publicada no DOU em 31 de janeiro de 2014.
- B. Orientação Técnica nº 10¹⁹:** Esclarece as atividades realizadas em bancos de dados nacionais e internacionais de domínio público. Publicada no DOU em 31 de outubro de 2014.
- C. Regimento Interno do CGEN²⁰:** Portaria MMA Nº 413, de 18 de novembro de 2014. Publicada no DOU em 18 de novembro de 2014.

¹⁸ Resolução CGEN nº 41, de 23 de outubro de 2014:

<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80043/resolucoes/res41.pdf>

¹⁹ Orientação Técnica CGEN nº 10, de 22 de maio de 2014:

<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80043/orientacao-tecnica/ot10.pdf>

²⁰ Regimento Interno do CGEN: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80043/regimento-interno/REGIMENTO%20INTERNO%20-%20CGEN%202014%20DOU.pdf>

1.13. Sumário das atividades das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho.

As Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho do CGEN constituem importante fórum de discussão para aprofundamento de questões técnicas e políticas acerca do acesso e da repartição de benefícios, tendo em vista as limitações à periodicidade mensal das reuniões Plenárias do Conselho.

Em 2014, a maior parte dos trabalhos desenvolvidos pelas Câmaras Temáticas foram continuidade de discussões e encaminhamentos ocorridos em 2013. Dentre os assuntos debatidos, destaca-se a finalização de minuta para revisão do Regimento Interno, pelo respectivo Grupo de Trabalho. Os esforços desse Grupo possibilitaram que a minuta fosse encaminhada e apreciada pelo Plenário em 2014, com consideráveis avanços para redução do tempo de tramitação dos processos de solicitação de autorização de acesso.

Cabe destacar, ainda, a finalização da minuta de CURB com a União e sua respectiva aprovação pelo Plenário do Conselho em sua 118ª Reunião Ordinária. Este modelo deverá ser utilizado como documento orientador pelos Usuários na elaboração de CURB no qual a União figure como parte provedora de amostra de componente do patrimônio genético objeto de acesso.

A Tabela 6 lista e especifica todas reuniões e assuntos debatidos em 2014 pelas Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho.

Tabela 6. Reuniões das Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho do CGEN realizadas no ano de 2014.

Reunião	Nome	Assunto	Data
31ª	Câmara Temática de Conhecimento Tradicional Associado	Regulamentação da autorização especial de acesso ao CTA	11/03/2014
65ª	Câmara Temática de Procedimentos Administrativos (CTPRO)	Elaboração do planejamento da CTPRO a partir da priorização aprovada pelo Plenário em sua 112ª Reunião Ordinária	16/07/2014
66ª	Câmara Temática de Procedimentos Administrativos	Prestação de serviços no Brasil e no exterior sem acesso; e Proposta de Orientação Técnica sobre a aplicação do conceito de desenvolvimento tecnológico a industrialização de produtos alimentícios	19/08/2014
	Grupo de Trabalho de Banco de Dados	Revisão da minuta de normativa sobre acesso a informações disponíveis em bancos de dados	20/05/2014
1ª	Grupo de Trabalho sobre Recursos de Autos de Infração	Regulamentação da análise dos recursos de autos de infração em terceira instância administrativa pelo CGEN	24/07/2014
2ª	Grupo de Trabalho sobre Recursos de Autos de Infração	Regulamentação da análise dos recursos de autos de infração em terceira instância administrativa pelo CGEN.	23/10/2014
3ª	Grupo de Trabalho sobre Recursos de Autos de Infração	Regulamentação da análise dos recursos de autos de infração em terceira instância administrativa pelo CGEN	20/11/2014
4ª	Grupo de Trabalho sobre Recursos de Autos de Infração	Regulamentação da análise dos recursos de autos de infração em terceira instância administrativa pelo CGEN	25/11/2014
4ª	Grupo de Trabalho sobre revisão do Regimento Interno	Revisão do Regimento Interno	22/05/2014
5ª	Grupo de Trabalho sobre revisão do Regimento Interno	Revisão do Regimento Interno	18/06/2014
6ª	Grupo de Trabalho sobre revisão do Regimento Interno	Revisão do Regimento Interno	21/07/2014
1ª	Grupo de Trabalho CURB com a União	Realização de levantamento de documentos e informações para subsidiar a elaboração da minuta de Modelo de CURB	15/01/2014
2ª	Grupo de Trabalho CURB com a União	Elaboração de minuta de Modelo de CURB	17/01/2014
3ª	Grupo de Trabalho CURB com a União	Elaboração de minuta de Modelo de CURB	28/01/2014
4ª	Grupo de Trabalho CURB com a União	Revisão da minuta de Modelo de CURB	5/11/2014

2 Demais Atividades do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN – e do Departamento do Patrimônio Genético – DPG

2.1. Cooperação Institucional.

2.1.1. Global Environment Facility (GEF).

Em maio de 2014, foi aprovado pelo Fundo Global do Meio Ambiente (sigla em Inglês: GEF) a proposta preliminar do projeto “Capacitação e Fortalecimento Institucional em Acesso e Repartição”, GEF ABS (BR-T1304), a ser cofinanciado pelo GEF e pelo Ministério do Meio Ambiente. A elaboração da proposta completa encontra-se em andamento. Uma vez aprovada a versão completa o projeto, será implementado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em colaboração com o Departamento do Patrimônio Genético (DPG).

O projeto objetiva a modernização dos instrumentos regulatórios e de governança do sistema nacional de acesso e repartição de benefícios. Pretende, também, promover a sensibilização e formação dos interlocutores envolvidos, bem como o desenvolvimento das ferramentas que proporcionarão um ambiente favorável para implementar as disposições da nova Lei de Acesso e Repartição de Benefícios e do Protocolo de Nagoya.

2.1.2. Diálogos Setoriais União Europeia/Brasil.

O Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia (EU)-Brasil tem como objetivo contribuir para o progresso e o aprofundamento da parceria estratégica e das relações bilaterais entre o Brasil e a União Europeia por meio do apoio ao intercâmbio de conhecimentos técnicos. É coordenado em conjunto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) – por meio da Direção Nacional do Projeto – e pela Delegação da União Europeia no Brasil (DELBRA).

O DPG vem recebendo apoio financeiro do Projeto para realização de ações sobre acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios desde 2012. Duas ações foram apoiadas em 2014, as quais são apresentadas a seguir.

A. Implementação do Protocolo de Nagoya sobre Acesso aos Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios – Terceira Fase.

Esta ação teve como objetivo obter suporte técnico especializado para o desenvolvimento de medidas legislativas e administrativas e de políticas públicas voltadas para a promoção e facilitação do cumprimento das regras de acesso e de repartição de benefícios definidas pela convenção sobre a Diversidade Biológica e o Protocolo de Nagoya.

A ação constituiu da contratação de um estudo com o objetivo de fundamentar as bases para o desenvolvimento de um sistema de rastreabilidade e monitoramento de amostras de componentes do patrimônio genético obtidos no Brasil, dentro do escopo do novo Projeto de Lei de acesso que foi enviado ao Congresso Nacional pelo Governo Federal. O estudo, realizado por uma consultora internacional, constou de:

- i. Uma análise da experiência existente sobre códigos de conduta e manuais de boas práticas relacionados ao acesso e repartição de benefícios, que tenham afinidade com as regras estabelecidas pelo Protocolo de Nagoya e com o novo Projeto de Lei de Acesso do Brasil;
- ii. Proposição de um modelo de monitoramento e rastreamento dos recursos genéticos ao longo da cadeia de valor, com foco específico na transmissão da informação entre a pesquisa e o desenvolvimento de produtos oriundos do acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados.

B. Coleções e Colaboração: como coleções *ex situ* podem ajudar a facilitar a pesquisa e promover a cooperação?

Em 2013, o DPG e a Divisão de Meio Ambiente da União Europeia promoveram, com o apoio do Projeto Diálogos Setoriais UE/Brasil, a realização de dois *workshops* para discutir o papel a ser desempenhado pelas coleções biológicas no cenário de entrada em vigor do Protocolo de Nagoya. Em 2014 foi apoiada uma nova ação para apresentar os resultados obtidos destes workshops durante a 12ª Conferência da Convenção das Partes sobre Diversidade Biológica (COP 12), realizada em Pyeongchang, Coreia do Sul, em outubro de 2014.

O objetivo do evento foi compartilhar os resultados e promover uma discussão com um conjunto maior de reguladores, cientistas e outros interessados em biodiversidade que participaram da primeira Reunião das Partes do Protocolo de Nagoya (COP-MOP 1).

Colaboraram com o evento: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasil, Swedish Museum of Natural History; Botanic Gardens Conservation International; Natural History Museum; UK and Consortium of European Taxonomic Facilities; e United Nations University/Institute of Advanced Studies.

Cerca de 40 pessoas participaram do evento paralelo, representantes de uma ampla gama de países (pelo menos 15, de cinco continentes) e uma série de institutos e organizações nacionais e internacionais, incluindo os Secretariados da Convenção CITES e da CBD, World Health Organisation, World Federation of Culture Collections, Global Genome Biodiversity Network, Consortium for the Barcode of Life, e Scientific Collections International e o Japan Bioindustry Association.

2.2. Atendimento a Consultas.

Durante o ano de 2014, a Secretaria Executiva do CGEN recebeu 382 consultas via correspondência eletrônica para esclarecimentos de dúvidas a respeito do cumprimento da Medida Provisória nº 2.186-16/2001 e seus regulamentos.

O total de consultas respondidas neste período foi de 322 (84,3% de eficiência). Considerando-se o total de respostas encaminhadas aos interessados, 40% foram enviadas em até 7 dias corridos a contar da data do recebimento da pergunta, sendo que apenas 15% foram enviadas após 30 dias aos interessados, que é o prazo máximo para resposta estabelecido no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), quando a informação solicitada não estiver prontamente disponível.

3 CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

3.1. Oficina sobre o Protocolo de Nagoya.

O Ministério da Agricultura realizou uma oficina que teve como objetivo avaliar possíveis impactos do Protocolo de Nagoya sobre a pesquisa agrícola, sobre a transação para a obtenção de germoplasmas para a pesquisa, sobre a inovação e geração do conhecimento e seus reflexos e sobre a produção e consumo de bens e produtos agrícolas. Participaram da oficina fiscais agropecuários, analistas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), fiscais, Associações de Produtores, dentre outros.

3.2. Capacitação de Técnico da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Foi realizada uma capacitação para cerca de 40 técnicos e Analistas de Planejamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em Brasília sobre Acesso e Repartição de Benefícios. No mesmo evento foi apresentado o projeto de construção do Protocolo Comunitário do Arquipélago do Bailique como exemplo potencial de envolvimento de comunidades ribeirinhas tradicionais em ações de valorização dessas, como o Programa de Aquisição de Alimentos.

3.3. Capacitação de representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais sobre Acesso ao Patrimônio Genético e aos Conhecimentos Tradicionais Associados e Repartição de Benefícios.

A Figura 10 mostra a evolução no número de representantes de povos e comunidades tradicionais capacitados sobre acesso e repartição de benefícios. Essas ações contribuíram para promover a isonomia e diminuir o nível técnico entre esses segmentos da sociedade brasileira e outros setores envolvidos com acesso e repartição de benefícios. Os eventos realizados estão descritos a seguir. O crescimento de pessoas capacitadas entre 2013 e 2014 foi de 588%. Foram 364

representantes de comunidades tradicionais, de povos indígenas e de agricultores tradicionais capacitados em 2014, enquanto que em 2013 foram 62.

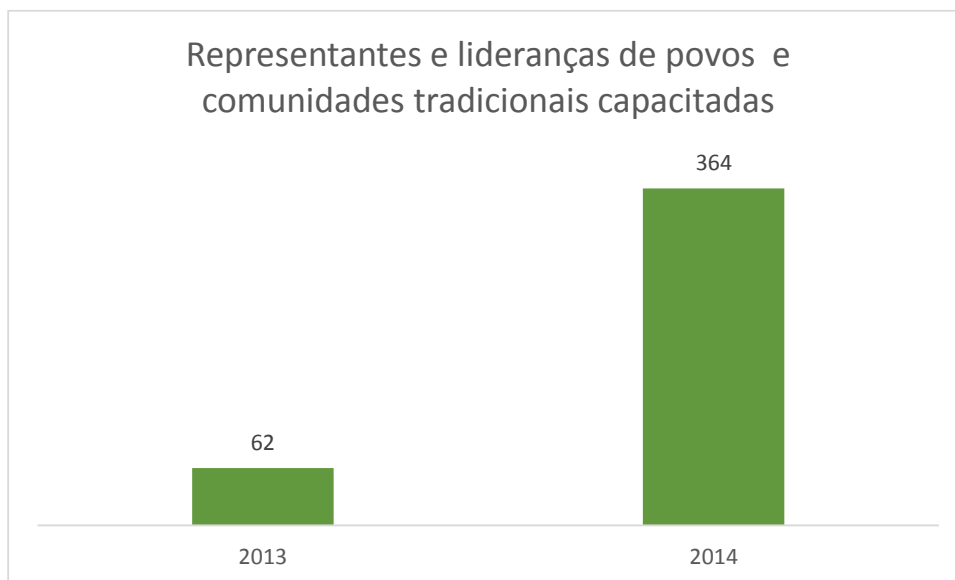


Figura 10. Número de representantes e lideranças de povos e comunidades tradicionais capacitadas pelo Departamento do Patrimônio Genético nos anos de 2013 e 2014.

3.3.1. Oficina Nacional sobre Proteção e Salvaguarda de Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade

No ano de 2014 o DPG organizou, em conjunto com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, O Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério das Relações Exteriores, a Fundação Nacional do Índio e o Ministério da Cultura a Oficina Nacional Sobre Proteção e Salvaguarda de Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade. A oficina contou com a presença de 14 indígenas e comunitários de diversas regiões do Brasil.

3.3.2. Reunião de Discussão sobre o Projeto de Lei 7.735/2014 sobre Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade e Repartição de Benefícios com representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais.

O DPG organizou no dia 15 de julho de 2014 uma reunião para discussão com 9 representantes de povos e comunidades tradicionais em torno do Projeto de Lei 7.735/2014 que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento

tradicional associado e sobre a repartição de benefícios. A reunião foi realizada no Ministério do Meio Ambiente.

3.3.3. Reunião de Discussão sobre o Projeto de Lei 7.735/2014 sobre Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade e Repartição de Benefícios com membros da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Nos dias 30 e 31 de outubro de 2014 o DPG, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, junto com a Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, organizou uma reunião com representantes da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). A reunião que contou com a presença de 25 comunitários, representante de povo indígena, além de agricultores tradicionais para discutir o Projeto de Lei 7.735/2014, em particular seus instrumentos de proteção dos conhecimentos tradicionais associados. A reunião foi realizada no Ministério do Meio Ambiente.

3.3.4. Reunião de Discussão sobre o Projeto de Lei 7.735/2014 sobre Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade e Repartição de Benefícios com membros da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).

No dia 4 de novembro de 2014 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em colaboração com o DPG, realizou uma reunião com representantes da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). A reunião contou com a presença de 8 representantes de povos indígenas quando se discutiu o Projeto de Lei 7.735/2014, em particular seus instrumentos de proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade detidos por essas sociedades. A reunião foi realizada nas dependências da FUNAI.

3.3.5. Capacitação de lideranças e representantes de comunidades tradicionais ribeirinhas do Arquipélago de Bailique, estado do Amapá.

Ao longo do ano de 2014 o DPG participou de 8 atividades de capacitação sobre Acesso e Repartição de Benefícios no Arquipélago do Bailique (Tabela 7).

Tabela 7. Número Ações de capacitação de lideranças de representantes de comunidades tradicionais associadas realizadas pelo DPG.

Oficina	Nome	Conteúdo	Datas
2ª	Oficina 1 do Polo 2 na comunidade do Franquinho	Construção da identidade e empoderamento de comunidades, com a criação de um Comitê de Conhecimentos Tradicionais sobre a biodiversidade	17 e 18/01/2014
5ª	Oficina 2 do Polo 1, na comunidade do Livramento	Legislações de proteção dos conhecimentos tradicionais associados, focando na MP e nas convenções internacionais sobre biodiversidade	28 e 29/03/2014
6ª	Oficina 2 do Polo 2, na comunidade do Franquinho	Legislações de proteção dos conhecimentos tradicionais associados, focando na MP e nas convenções internacionais sobre biodiversidade	10 e 11/04/2014
7ª	Oficina 2 do Polo 4, na comunidade de São João Batista	Legislações de proteção dos conhecimentos tradicionais associados, focando na MP e nas convenções internacionais sobre biodiversidade	25 e 26/04/2014
Encontro 1	Encontro 1	Em reunião com todas as comunidades participantes do projeto, foram votadas as primeiras decisões do protocolo comunitário, focando, entre outros, no consentimento prévio informado para acesso e repartição de benefícios	5 a 7/06/2014
11ª	Oficina 3 do Polo 4, na comunidade de Jaranduba	Capacitação sobre os aspectos técnicos referentes ao acesso e repartição de benefícios, assim como sobre o sistema nacional de gestão do patrimônio genético	18 e 19/07/2014
13ª	Oficina 3 do Polo 2, na comunidade do Franquinho	Capacitação sobre os aspectos técnicos referentes ao acesso e repartição de benefícios, assim como sobre o sistema nacional de gestão do patrimônio genético	8 e 9/09/2014
Encontro 2	Encontro 2, na comunidade do Buritizal	Estabelecimento do Protocolo Comunitário e do Comitê Gestor e estruturação do Comitê de Conhecimentos Tradicionais	4 a 6/12/2014

O objetivo dessa participação foi de aportar conteúdos técnicos sobre acesso e repartição de benefícios para as comunidades tradicionais ribeirinhas da referida região. Essas atividades estavam previstas em Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA e a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia de apoio à construção do protocolo comunitário do Arquipélago do Bailique. Cerca de 305 lideranças e representantes de 41 comunidades foram capacitados. Eles serão replicadores dos conhecimentos recebidos. As atividades realizadas pelo DPG podem ser visualizadas na Tabela 7.

3.4. Capacitação em pesquisa e desenvolvimento, chamada MCTI/MAPA/CNPq nº 40/2014.

A Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC) é responsável pelo Plano Orçamentário (PO) 0004 - C, T&I aplicadas aos Conhecimentos Tradicionais Associados aos Recursos Biológicos, da Ação 20VD - C, T&I para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros, do Programa 2018 - Biodiversidade, do Plano Plurianual (PPA). Em 2014, esse PO 0004 apoiou a contratação de um projeto no âmbito da Chamada MCTI/MAPA/CNPq nº 40/2014, por meio de uma parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS/MCTI). Como os recursos disponíveis no PO 0004 totalizavam R\$ 200 mil e o limite de cada proposta na Chamada deveria ser R\$ 200 mil, foi possível contribuir com a contratação de mais um projeto. Os objetivos da chamada foram: a) identificar, resgatar, validar, produzir, multiplicar, melhorar, beneficiar, conservar e/ou promover o intercâmbio de sementes ou outros materiais propagativos de variedades crioulas, tradicionais ou locais, de variedades convencionais ou daquelas utilizadas como adubos verdes que sejam de interesse para a produção orgânica ou de base agroecológica; b) fomentar boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico de produtos florestais não madeireiros de espécies florestais nativas; e c) fomentar o reconhecimento da qualidade orgânica de produtos florestais não madeireiros oriundos do extrativismo, de sementes ou outros materiais propagativos produzidos em sistemas orgânicos.

O público beneficiário incluiu estudantes do ensino técnico, tecnológico, superior e de pós-graduação; agricultores e produtores em transição agroecológica ou envolvidos com a produção orgânica e de base agroecológica; professores/pesquisadores de instituições de ensino; agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER); extrativistas, ribeirinhos, castanheiros, quebradeiras de coco, geraizeiros e raizeiros e outros povos e comunidades tradicionais.

4. ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA

4.1. Orçamento.

O orçamento para o desenvolvimento das atividades do DPG durante o ano de 2014 foram previstos no Plano Orçamentário “PO 001 - Promoção de repartição de benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado”, vinculado à Ação “20TS - Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira” do Plano Plurianual 2012-2015 – Plano Mais Brasil. Adicionalmente, foram previstos recursos oriundos da Ação “2000 - Administração da Unidade”, vinculada ao Programa “2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente”.

Foram gastos no ano de 2014 R\$ 830.960,43 (oitocentos e trinta mil e novecentos e sessenta reais e quarenta e três centavos). Deste montante, R\$ 685.015,64 (seiscentos e oitenta e cinco mil, quinze reais e sessenta e quatro centavos) foram provenientes da Ação Finalística “Promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Acesso e Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado” e R\$ 145.944,79 (cento e quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos) da Ação “Administração da Unidade” (Tabela 8).

A Figura 11 mostra a evolução dos gastos do DPG nos anos de 2012 a 2013. É importante salientar que, apesar da redução no orçamento do DPG nos últimos três anos, o CGEN tem aumentado o número de instrumentos de RB anuídos a cada ano. A Figura 12 mostra a eficiência de anuência de instrumentos de RB pelo CGEN medida como o número de instrumentos de RB anuídos pelo CGEN para cada R\$ 1.000.000,00 gasto pelo DPG. Houve um aumento de 20,43% na eficiência dos gastos do DPG em relação ao ano de 2013.

Tabela 88. Gastos totais do Departamento do Patrimônio Genético no ano de 2014.

Fonte do Recurso/Aplicação	Total (R\$)
20TS-PO 001 - Promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado	685.015,64
Temporário	231.329,00
Gráfica	9.797,00
Estenotipia	41.138,00
Contrato IFC	402.751,64
2000 - Administração da Unidade	145.944,79
Diárias e Passagens	145.944,79
Terceirizados	0
Total	830.960,43

GASTOS DO DPG POR ANO

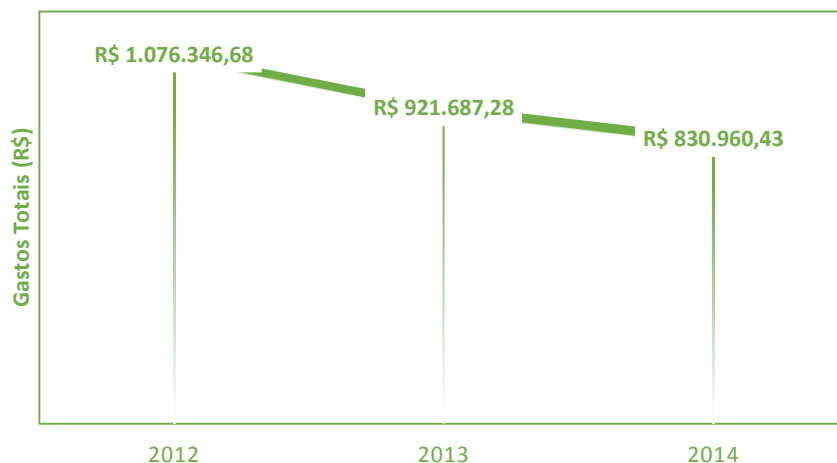


Figura 11. Total de gastos do Departamento do Patrimônio Genético (DPG) nos anos de 2012, 2013 e 2014.

EFICIÊNCIA DE ANUÊNCIA DE INSTRUMENTO DE RB

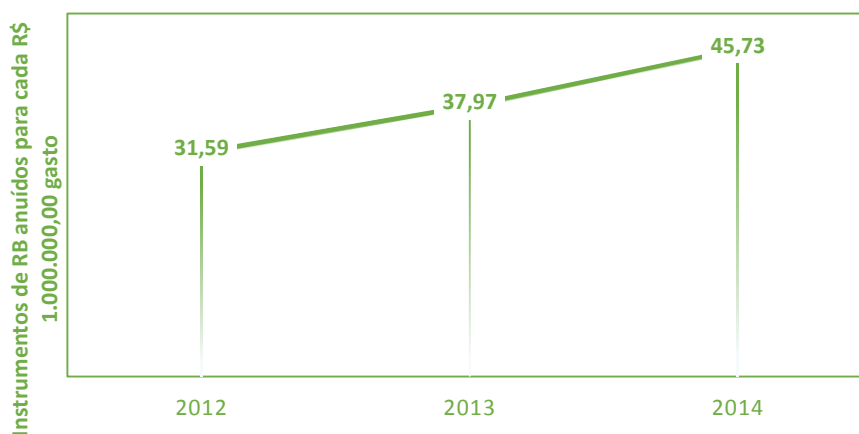


Figura 12. Eficiência de anuência de instrumentos de repartição de benefícios pelo CGEN nos anos de 2012, 2013 e 2014 medida como o número de instrumentos de RB anuídos pelo CGEN para cada R\$ 1.000.000,00 gasto pelo DPG.